



## RELATÓRIO DE GESTÃO

### 0 – INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto, os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo e, em 01-01-2020 entrou em vigor por força da Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento do Município de Ribeira Grande em 2020, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentada em anexo às demonstrações financeiras.

As contas do Município de Ribeira Grande foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.





## 1 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 1.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Ribeira Grande que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, a saber:

#### GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
<b>1.</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>1 495 593,00</b>	<b>1 859 408,02</b>	<b>1 451 026,17</b>	<b>78,04</b>
1.1.1	Administração geral	813 393,00	843 085,85	670 762,16	79,56
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	682 200,00	1 016 322,17	780 264,01	76,77
<b>2.</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>9 246 214,00</b>	<b>10 471 392,67</b>	<b>7 817 399,41</b>	<b>74,65</b>
2.1.1	Ensino não superior	938 592,00	1 206 643,76	1 067 858,54	88,50
2.2.0	Saúde	0,00	298 758,76	148 788,70	49,80
2.3.2	Ação social	268 000,00	251 243,92	157 400,70	62,65
2.4.1	Habituação	1 306 433,00	1 028 978,69	1 018 361,35	98,97
2.4.2	Ordenamento do território	384 066,00	691 139,56	551 296,97	79,77
2.4.3	Saneamento	1 833 229,00	1 766 118,73	420 639,76	23,82
2.4.4	Abastecimento de água	612 623,00	844 977,80	799 010,80	94,56
2.4.5	Resíduos sólidos	1 069 283,00	1 152 031,23	1 148 135,61	99,66
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	532 527,00	652 106,79	542 577,90	83,20
2.5.1	Cultura	135 515,00	211 108,88	140 645,29	66,62
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1 651 446,00	1 846 809,89	1 372 063,66	74,29
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	514 500,00	521 474,66	450 620,13	86,41
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>3 642 546,00</b>	<b>4 405 719,23</b>	<b>3 159 497,89</b>	<b>71,71</b>
3.2.0	Indústria e energia	267 674,00	200 834,47	127 117,66	63,29
3.3.1	Transportes rodoviários	2 501 230,00	3 520 570,52	2 583 329,73	73,38
3.4.1	Mercados e feiras	21 689,00	98 565,60	90 179,39	91,49
3.4.2	Turismo	632 742,00	435 787,29	345 206,00	79,21
3.5.0	Outras Funções Económicas	219 211,00	149 961,35	13 665,11	9,11
<b>4.</b>	<b>Outras funções</b>	<b>395 010,00</b>	<b>1 041 651,54</b>	<b>1 041 646,54</b>	<b>100,00</b>
4.2.1	Transferência entre administrações	395 010,00	1 041 651,54	1 041 646,54	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>14 779 363,00</b>	<b>17 778 171,46</b>	<b>13 469 570,01</b>	<b>75,76</b>

Atingiu-se um índice de execução de 75,76% e a taxa de execução física das Grandes Opções do Plano em termos de faturação, é de **76,11%**.

### Funções Gerais – Objetivo 1

#### Administração geral e Proteção civil e luta contra incêndios

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia da Covid-19. Atendendo a essa nova realidade, que a todos nos apanhou de surpresa, a autarquia teve que se adaptar rapidamente, devido às restrições impostas pelas autoridades de saúde.

Neste aspeto mereceu especial enfoque a informatização dos serviços, como forma de manter em funcionamento, através do teletrabalho, todas as áreas centrais do município. Num montante global investido de 94.924,95 euros, destaca-se a aquisição de 125 equipamentos portáteis que foram entregues às escolas do concelho, como forma de empréstimo para os alunos do primeiro ciclo poderem ter acesso às aulas on-line.

Na proteção civil, para além do apoio anual à associação dos bombeiros voluntários da Ribeira Grande, iniciou-se a obra de consolidação dos taludes da estrada Maia/Lombinha, e procedeu-se à aquisição de equipamento para a proteção civil municipal, numa candidatura global de





320.235,16 euros, tendo sido co-financiada em 85% através do programa comunitário Açores 2020.

## **Funções Sociais – Objetivo 2**

### **Ensino não superior**

O ensino não superior tem sido uma aposta constante deste executivo camarário. Em 2020 foram investidos 1.067.858,54 euros, mais 183.471,15 euros do que em relação ao ano anterior.

Para além de se manter as delegações de competências nas juntas de freguesia para as pequenas reparações, mereceu destaque as intervenções feitas nas escolas do Pico da Pedra (aumento do refeitório) e a substituição dos telhados, retirando definitivamente o amianto nas escolas do concelho. Foram intervencionadas as escolas: António Tavares Torres, em Rabo de Peixe; Foros, na Conceição; EB/JI na Maia; EB/JI nos Fenais da Ajuda e EB/JI no Porto Formoso, num investimento global de cerca 319.000 euros.

Destaque para a execução dos projetos vencedores do orçamento participativo jovem de 2020, tendo sido realizadas as obras de um “mini-ginásio” e de um novo parque infantil na escola de Santa Bárbara,

Dando continuidade aos anos anteriores, mereceu destaque a aposta nos projetos extra-curriculares e a rede municipal de ATL’s que têm sido extremamente importantes para a implementação de boas práticas na área pedagógica dos alunos do primeiro ciclo.

### **Saúde**

Pela primeira vez houve a necessidade de se abrir uma nova rubrica no orçamento camarário dedicado à saúde, atendendo à situação da pandemia.

Foram investidos 148.788,70 euros, destacando-se a aquisição de bens e serviços relativos à saúde pública, no valor de 49.522,61 euros; as transferências para instituições sem fins lucrativos no valor de 90.796,01 euros, nomeadamente a assinatura de protocolos com a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande e com a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, como forma de mitigar os efeitos sociais e económicos da pandemia.

### **Ação Social**

Em 2020 foram executados 157.400,70 euros na área social, destacando-se os programas de apoio existentes, nomeadamente a habitação degradada e o fundo de emergência social.

Apesar dos valores executados terem sido inferiores aos dos anos anteriores, devido aos efeitos da pandemia, muitos desses apoios foram canalizados para as instituições parceiras da autarquia, como por exemplo o núcleo local de ação social do instituto de segurança social dos Açores, a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande e o núcleo da Cáritas Diocesana na Ribeira Grande.

Merece ainda destaque o valor 87.373,87 euros na atribuição de bolsas de estudo, mais do que o dobro do valor atribuído no ano anterior.

Deu-se também continuidade ao programa “cheque veterinário” e procedeu-se à certificação do canil municipal passando a ser considerando um Centro de Recolha Oficial.

### **Ordenamento do Território**

Em 2020 foi inaugurada a praça do emigrante, num valor de investimento de 289.295,14 euros, tendo sido co-financiada através do programa PIRUS, inserido no quadro comunitário de apoio Açores 2020.

Continuou-se ainda o trabalho de revisão do Plano Diretor Municipal e da Unidade de Execução do Monte Verde.





### **Saneamento e abastecimento de Água**

O saneamento e o abastecimento de água à população tem sido uma preocupação constante deste executivo municipal.

Em 2020 foram investidos 420.639,76 euros no saneamento básico e 799.010,80 euros no abastecimento de água.

Dos investimentos realizados destacam-se:

- Rua e Largo Gaspar Frutuoso, na Matriz;
- Rua Central nas Calhetas;
- Largo da Grotta e rua das Freiras, na Matriz;
- Rua Dr. Hermano Mota, na Ribeira Seca;
- Rua das Covas, na Ribeirinha;
- Rua Nossa Senhora da Ajuda, nos Fenais da Ajuda;
- Início das obras na rua Eng. Arantes Oliveira, na Ribeira Seca
- Rua da Chã, na Lomba de São Pedro.

No abastecimento de água, para além das já mencionadas, destacou-se a conclusão da obra "reforço do abastecimento de água entre o Porto Formoso e a Maia", no valor de 291.825,24 euros e o projeto de captação de águas nas praias, no valor de 133.045,70 euros.

### **Resíduos Sólidos**

Em 2020 foram investidos 1.148.135,61 euros nos resíduos sólidos, onde a maior fatia se destinou ao serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, no valor de 629.910,29 euros.

### **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**

Na proteção do meio ambiente e conservação da natureza foram investidos 542.577,90 euros, tendo se destacado os seguintes investimentos:

- Reabilitação do Largo das Freiras, na Matriz, no valor de 300.678,20 euros, tendo a obra sido co-financiada pelo programa PIRUS através do programa comunitário Açores 2020 e a manutenção de trilhos pedestres no valor de 111.304,68 euros.

### **Cultura**

Apesar de 2020 ter sido um ano atípico, devido às restrições impostas pelas autoridades de saúde, a autarquia investiu 140.645,29 euros, sendo a maior parte desse valor (93.500 euros) atribuído como apoio a organizações promotoras de cultura e 29.517,31 euros no museu das Cavalhadas, cujas obras deverão ficar concluídas em 2021.

### **Desporto, Recreio e Lazer**

Também no desporto, recreio e lazer se fizeram sentir os efeitos da pandemia. Apesar das restrições nessas atividades, a autarquia assumiu um papel determinante para que os clubes desportivos assumissem os seus compromissos financeiros através dos protocolos que têm mantido com a autarquia.

Ao todo foram investidos 1.372.063,66 euros, onde se destaca a construção do novo campo de jogos em Rabo de Peixe (816.026,15 euros) e o apoio a organizações desportivas no valor de 318.582,38 euros.

### **Outras Atividades Cívicas e Religiosas**

Nas outras atividades cívicas e religiosas foram investidos 450.620,13 euros onde se destacam os apoios atribuídos às instituições do concelho, como as filarmónicas, os grupos de escuteiros





e as fábricas de Igreja, sendo preponderante esse apoio para que estas continuem a desenvolver os seus planos de atividade ou a manter o seu património, como é o caso das Igrejas paroquiais.

Nota de destaque para o regulamento de apoio às IPSS's, no qual foram atribuídos 57.988,36 euros em 2020.

### **Funções Económicas – Objetivo 3**

#### **Indústria e energia**

Destaque para a implementação de auditorias energéticas nos edifícios municipais, para uma candidatura ao programa operacional Açores 2020, para fazer face a novos investimentos para a redução do consumo energético.

#### **Transportes rodoviários**

Em 2020 foram investidos 2.583.329,73 euros destacando-se a construção e manutenção de parques de estacionamento do concelho, no valor de 513.606,40 euros; a reabilitação do caminho das Giestas, no Pico da Pedra (154.908,00 euros); a primeira fase do parque de estacionamento na rua do Berquó, na Conceição (68.536 euros); a requalificação da rua da Igreja em São Brás (25.181,31 euros); a requalificação do parque de estacionamento na rua East Providence, na Matriz (59.196,80 euros) e o alargamento do caminho das Gramas, na Ribeirinha (58.529,12 euros).

#### **Mercados e Feiras**

Em 2020 conclui-se as obras de revitalização do mercado municipal tendo sido investido 85.003,82 euros.

#### **Turismo**

Devido aos constrangimentos impostos pelas autoridades de saúde, não foi possível a realização de grandes eventos durante o ano de 2020. Não obstante, foram investidos 312.065,21 euros, sendo parte desse valor (cerca de 70.000 euros) de eventos realizados em 2019, cujos pagamentos transitaram de ano, devido à entrega tardia de relatórios de execução por parte das entidades organizadoras.

Por outro lado, a autarquia continuou a investir na promoção do concelho, através de eventos on-line, bem como na dinamização do comércio local com a colocação de iluminação festiva.

Continuou-se com o projeto das rotas turísticas, iniciado em 2019, tendo sido investido 27.187,83 euros e implementou-se o projeto "rede Wifi4Eu", com a colocação de rede de internet sem fios em locais públicos e deu-se início às obras do antigo edifício do matadouro municipal que está a ser transformado numa incubadora social.

### **Outras Funções – Objetivo 4**

#### **Transferências entre Administrações**

Devido à pandemia da Covid-19, o executivo camarário decidiu aumentar as verbas de transferência protocoladas com as juntas de freguesia, tendo passado de um valor de 310.000 euros em 2019 para 526.533,60 euros em 2020, nomeadamente no que diz respeito à reparação de muros e passeios nos arruamentos do concelho.

Foi ainda disponibilizada uma verba de 70.000 euros para fazer face a pequenas reparações nas escolas do primeiro ciclo e realizados contratados interadministrativos no valor global de 445.112,94 euros com diversas juntas de freguesia.





### 1.1.1 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2020, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos programados e executados em cada um dos grandes setores estruturais, a saber:

#### INVESTIMENTOS POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
<b>1.</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>1 379 593,00</b>	<b>1 724 408,02</b>	<b>1 320 300,63</b>	<b>76,57</b>
1.1.1	Administração geral	812 393,00	823 085,85	655 036,62	79,58
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	567 200,00	901 322,17	665 264,01	73,81
<b>2.</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>5 002 735,00</b>	<b>6 737 387,10</b>	<b>4 577 717,95</b>	<b>67,95</b>
2.1.1	Ensino não superior	190 000,00	495 547,95	441 528,87	89,10
2.2.0	Saúde	0,00	13 949,50	10 744,70	77,03
2.3.2	Ação social	25 000,00	1,00	0,00	0,00
2.4.1	Habitação	50 005,00	1 011 220,65	1 008 182,51	99,70
2.4.2	Ordenamento do território	384 066,00	691 139,56	551 296,97	79,77
2.4.3	Saneamento	1 792 701,00	1 720 061,71	377 680,25	21,96
2.4.4	Abastecimento de água	587 623,00	821 887,60	777 090,17	94,55
2.4.5	Resíduos sólidos	13 314,00	22 228,10	18 332,48	82,47
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	421 580,00	507 515,29	408 789,95	80,55
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1 265 446,00	1 444 427,51	976 231,28	67,59
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	273 000,00	9 408,23	7 840,77	83,34
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>2 983 334,00</b>	<b>3 929 617,06</b>	<b>2 766 340,83</b>	<b>70,40</b>
3.2.0	Indústria e energia	267 674,00	200 834,47	127 117,66	63,29
3.3.1	Transportes rodoviários	2 401 230,00	3 405 570,52	2 503 200,29	73,50
3.4.1	Mercados e feiras	21 689,00	98 565,60	90 179,39	91,49
3.4.2	Turismo	92 741,00	77 409,73	33 140,79	42,81
3.5.0	Outras Funções Económicas	200 000,00	147 236,74	12 702,70	8,63
<b>TOTAL</b>		<b>9 365 662,00</b>	<b>12 391 412,18</b>	<b>8 664 359,41</b>	<b>69,92</b>

Atingiu-se o índice de execução de 69,92% e a taxa de execução física dos Investimentos em termos de faturação em **70,10%**.

#### EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS

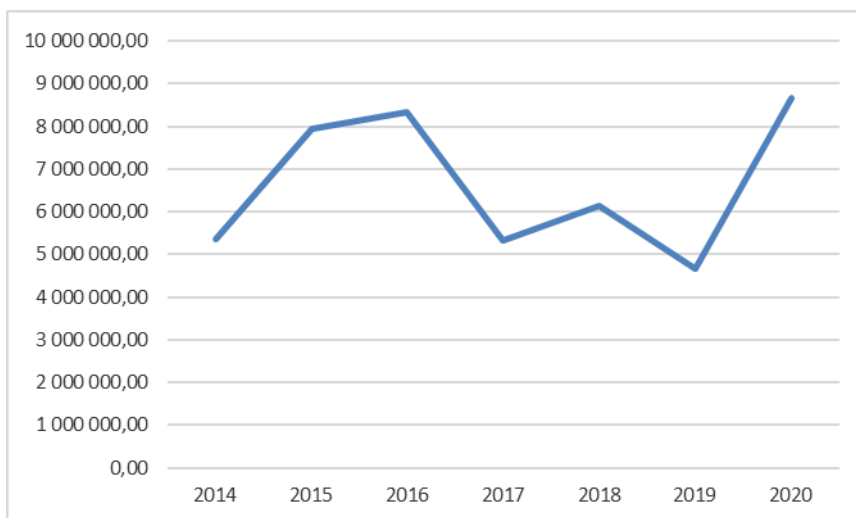
Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	€	€	€	€	€	€	€
Investimento pago	5 358 228,70	7 941 305,64	8 321 490,08	5 315 682,10	6 140 769,49	4 680 349,81	8 664 359,41







## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Os valores expressos refletem um aumento do investimento de 85,12% em relação a 2019, **atingindo em 2020, o valor de 8,6 milhões de euros.**

### 1.1.2 – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Na Execução Anual das Atividades mais relevantes, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2020, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes às atividades programadas e executadas em cada um dos grandes setores estruturais:

#### ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
<b>1.</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>116 000,00</b>	<b>135 000,00</b>	<b>130 725,54</b>	<b>96,83</b>
1.1.1	Administração geral	1 000,00	20 000,00	15 725,54	78,63
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	115 000,00	115 000,00	115 000,00	100,00
<b>2.</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>4 243 479,00</b>	<b>3 734 005,57</b>	<b>3 239 681,46</b>	<b>86,76</b>
2.1.1	Ensino não superior	748 592,00	711 095,81	626 329,67	88,08
2.2.0	Saúde	0,00	284 809,26	138 044,00	48,47
2.3.2	Ação social	243 000,00	251 242,92	157 400,70	62,65
2.4.1	Habituação	1 256 428,00	17 758,04	10 178,84	57,32
2.4.3	Saneamento	40 528,00	46 057,02	42 959,51	93,27
2.4.4	Abastecimento de água	25 000,00	23 090,20	21 920,63	94,93
2.4.5	Resíduos sólidos	1 055 969,00	1 129 803,13	1 129 803,13	100,00
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	110 947,00	144 591,50	133 787,95	92,53
2.5.1	Cultura	135 515,00	211 108,88	140 645,29	66,62
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	386 000,00	402 382,38	395 832,38	98,37
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	241 500,00	512 066,43	442 779,36	86,47
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>659 212,00</b>	<b>476 102,17</b>	<b>393 157,06</b>	<b>82,58</b>
3.3.1	Transportes rodoviários	100 000,00	115 000,00	80 129,44	69,68
3.4.2	Turismo	540 001,00	358 377,56	312 065,21	87,08
3.5.0	Outras Funções Económicas	19 211,00	2 724,61	962,41	35,32
<b>4.</b>	<b>Outras funções</b>	<b>395 010,00</b>	<b>1 041 651,54</b>	<b>1 041 646,54</b>	<b>100,00</b>
4.2.1	Transferência entre administrações	395 010,00	1 041 651,54	1 041 646,54	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>5 413 701,00</b>	<b>5 386 759,28</b>	<b>4 805 210,60</b>	<b>89,20</b>





Atingiu-se o valor de 89,20% e uma taxa de execução física das Atividades Mais Relevantes em termos de faturação de **89,93%**.

## 1.2 – ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se no anexo a este relatório, os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

### 1.2.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

#### 1.2.1.1 – RECEITAS CORRENTES

Composição	Executado* 2019	Previsto 2020		Executado* 2020	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
1 Impostos Diretos	4 180 021,27	3 826 066,00	3 826 066,00	4 070 725,73	106,395
2 Impostos Indiretos	65 711,40	80 932,00	28 769,98	17 584,38	61,121
4 Taxas, Multas Outras Penalidades	86 037,96	79 272,00	131 434,02	119 498,97	90,919
5 Rendimentos de Propriedade	668 492,94	528 428,00	510 227,59	509 982,92	99,952
6 Transferências Correntes	9 891 551,24	9 801 544,00	10 586 804,00	10 559 767,23	99,745
7 Venda Bens e Serviços Correntes	4 437 608,85	4 332 329,00	3 840 995,04	3 848 146,13	100,186
8 Outras Receitas Correntes	1 117,23	1 872,00	1 872,00	2 036,26	108,775
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>19 330 540,89</b>	<b>18 650 443,00</b>	<b>18 926 168,63</b>	<b>19 127 741,62</b>	<b>101,065</b>

\*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira das autarquias, já que se trata de um fluxo monetário estável.

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e a Venda de Bens e Serviços Correntes que representam 96,61% das Receitas Correntes.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas brutas é de 101,065%.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas líquidas é de 100,645%.

De 2019 para 2020 o valor das receitas correntes diminuiu 1,05%. Esta diminuição deve-se em grande parte à pandemia de Covid 19 e à aplicação das medidas tomadas pelo Município de Ribeira Grande de combate à mesma. Esta diminuição verifica-se essencialmente nos Impostos Diretos: IMI, IMT, IUC, Derrama (2019: 4.180.021,27 euros; 2020: 4.070.725,73 euros), Impostos Indiretos e Taxas, multas e outras penalidades (2019: 151.749,36 euros; 2020: 137.083,35 euros), nos Rendimentos de Propriedade (2019: 668.492,94 euros; 2020: 509.982,92 euros), nas Transferências do IHRU (2019: 511.297,35 euros; 2020: 298.741,27 euros), e na Venda de bens e serviços correntes (2019: 4.437.608,85 euros; 2020: 3.848.146,13 euros).

A diminuição da receita nos impostos indiretos em 2020, resulta da aplicação da FAQ 39 CNC, que originou a passagem dos valores das dotações das rubricas 02 Impostos Indiretos para as rubricas 04 Taxas, Mutas e Outras Penalidades, através da 1ª revisão ao Orçamento da Receita de 2020.







1.2.1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2019	Previsto 2020		Executado* 2020	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
9 Venda Bens Investimento	21 217,06	180 813,00	27 813,00	39 223,51	141,026
10 Transferências de Capital	2 339 106,57	2 119 181,00	2 516 294,34	2 253 506,12	89,557
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	90 000,01	90 000,00	100,000
12 Passivos Financeiros	273 608,08	2 890 969,00	3 080 524,71	2 783 668,68	90,363
13 Outras Receitas de Capital	12 916,73	17 223,00	316 013,10	298 790,10	94,550
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2 646 848,44</b>	<b>5 208 186,00</b>	<b>6 030 645,16</b>	<b>5 465 188,41</b>	<b>90,624</b>

\*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Transferências de Capital, que perfazem 41,23% das Receitas de Capital, resultam, fundamentalmente, das Transferências do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), e da Região Autónoma dos Açores (Contratos ARAAL).

No que concerne aos Passivos Financeiros que representam 50,93 % das Receitas de Capital, reportam-se à utilização da parte restante do empréstimo de médio e longo prazo para as obras previstas no PPI para 2018 no valor de 1.979.719,83 euros e parte do empréstimo de médio e longo prazo para as obras previstas no PPI para 2019 no valor de 803.948,85 euros.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas brutas é de 90,624%.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas líquidas é de 90,624%.

De 2019 para 2020 o valor das receitas de capital aumentou 106,48%. Este aumento verifica-se essencialmente nos Passivos Financeiros (2019: 273.608,08 euros; 2020: 2.783.668,68 euros).

1.2.1.3 – OUTRAS RECEITAS

Composição	Executado* 2019	Previsto 2020		Executado* 2020	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	31 028,30	41 371,00	53 870,99	42 164,98	78,270
<b>Total de Reposições não abatidas</b>	<b>31 028,30</b>	<b>41 371,00</b>	<b>53 870,99</b>	<b>42 164,98</b>	<b>78,270</b>

\*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido das reposições não abatidas nos pagamentos é de 78,270%.





Composição	Executado* 2019	Previsto 2020		Executado* 2020	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
16 Saldo da gerência anterior	2 181 723,53	0	2 973 604,04	2 973 604,04	100,000
<b>Total Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>2 181 723,53</b>	<b>0</b>	<b>2 973 604,04</b>	<b>2 973 604,04</b>	<b>100,000</b>

\*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido é de 100,000%.

De 2019 para 2020 o valor do saldo da gerência anterior aumentou 36,30%, devido ao aumento do saldo da conta de gerência de 2018 para 2019 (2018: 2.181.723,53 euros; 2019: 2.973.604,04 euros).

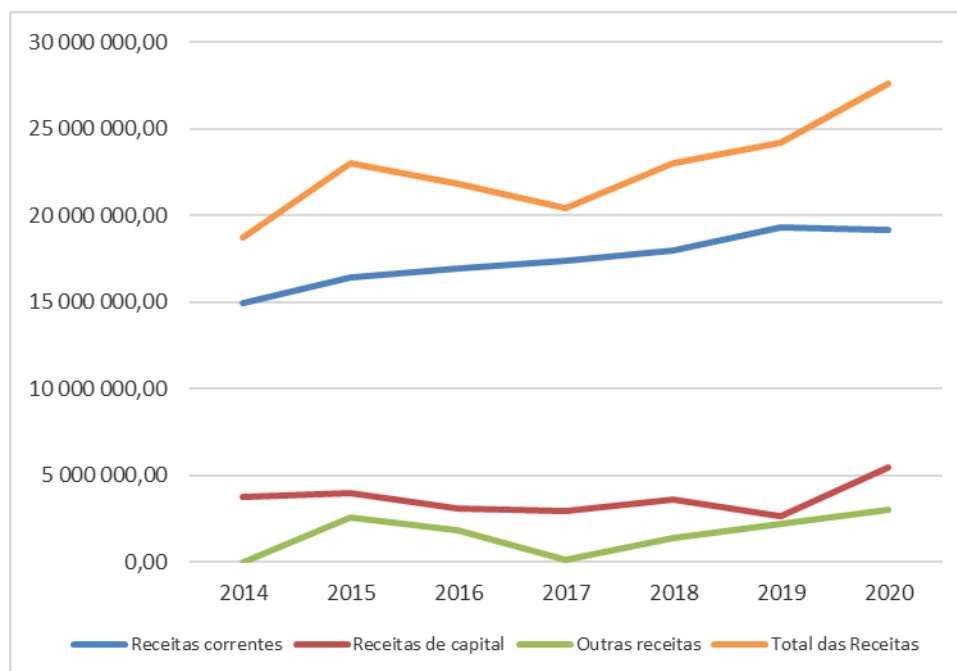
#### 1.2.1.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Designação	2014 €	2015 €	2016 €	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €
Receitas correntes	14 919 602,79	16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73	17 985 041,01	19 330 540,89	19 127 741,62
Receitas de capital	3 750 832,21	3 969 520,07	3 117 124,14	2 916 596,13	3 618 709,09	2 646 848,44	5 465 188,41
Outras receitas	916,89	2 589 878,46	1 788 822,42	88 954,25	1 385 706,35	2 212 751,83	3 015 769,02
Total das Receitas	18 671 351,89	23 004 651,70	21 848 752,88	20 406 404,11	22 989 456,45	24 190 141,16	27 608 699,05





## EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



O índice de execução das receitas atingido é de 98,374%.

### 1.2.2 - ORÇAMENTO DA DESPESA

#### 1.2.2.1- DESPESAS CORRENTES

Composição	Executado* 2019	Previsto 2020		Executado* 2020	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
1 Despesas com o Pessoal	5 083 362,25	6 047 729,00	5 996 310,45	5 786 915,42	96,508
2 Aquisição Bens e Serviços	6 123 932,97	5 261 054,00	4 821 508,72	4 114 010,61	85,326
3 Juros e Outros Encargos	126 309,44	153 651,00	426 025,90	421 978,68	99,050
4 Transferências Correntes	726 501,82	882 268,00	1 394 623,80	1 273 319,51	91,302
5 Subsídios	0	0	0,01	0	0,000
6 Outras Despesas Correntes	264 578,54	256 855,00	272 869,22	222 896,63	81,686
<b>Total Correntes</b>	<b>Despesas 12 324 685,02</b>	<b>12 601 557,00</b>	<b>12 911 338,10</b>	<b>11 819 120,85</b>	<b>91,541</b>

As Despesas Correntes têm um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, verificando-se uma diminuição do seu valor (-4,10%). Como se pode verificar, as Despesas com o Pessoal, acusaram um peso de 28,10% no Total da Despesa e a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as Despesas Totais em 17,85%.

O índice de execução atingido é de 91,541%.





#### 1.2.2.2 – DESPESAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2019	Previsto 2020		Executado* 2020	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
7 Aquisição de Bens de Capital	4 680 349,81	9 365 662,00	12 391 412,18	8 664 359,41	69,922
8 Transferências de Capital	1 387 672,58	465 908,00	1 261 446,97	1 195 167,54	94,746
9 Ativos Financeiros	60 662,50	30 333,00	30 333,01	30 331,25	99,994
10 Passivos Financeiros	2 131 521,12	896 540,00	1 031 382,00	1 030 898,27	99,953
11 Outras Despesas de Capital	631 646,09	540 000,00	358 376,56	312 065,21	87,077
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>8 891 852,10</b>	<b>11 298 443,00</b>	<b>15 072 950,72</b>	<b>11 232 821,68</b>	<b>74,523</b>

As Despesas de Capital justificam-se, fundamentalmente, pelo engrandecimento dos investimentos efetuados na gerência e pelos passivos financeiros (amortização de empréstimos bancários).

O índice de execução atingido é de 74,523%.

De 2019 para 2020 o valor das despesas de capital aumentou 26,33%.

Face ao significado da parcela dos Investimentos, importa referir que o seu montante representa 37,59% da totalidade da despesa e 77,13% das despesas de capital.

#### 1.2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

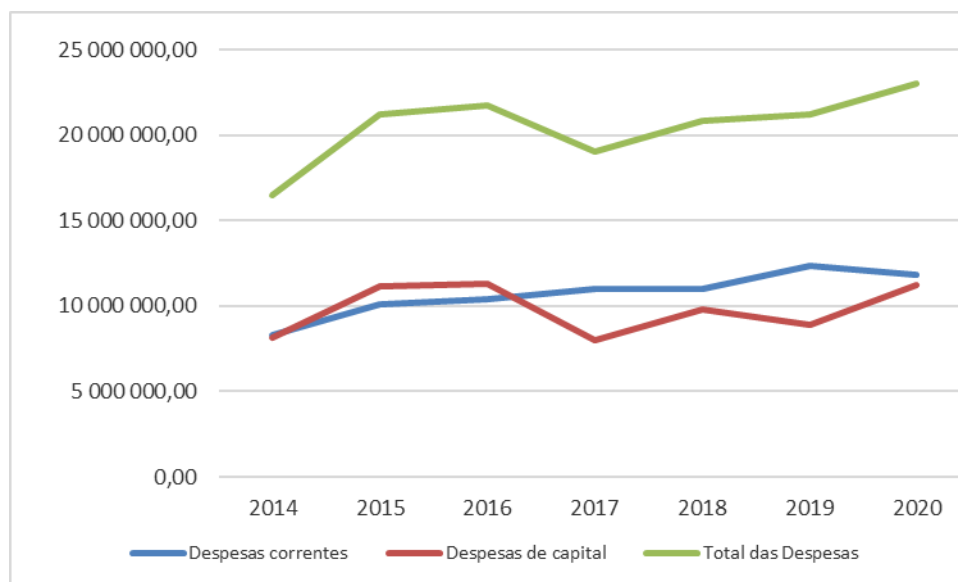
Apresentar-se-á, de seguida, a evolução das Despesas Correntes e de Capital.

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	8 324 363,88	10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30	10 980 240,40	12 324 685,02	11 819 120,85
Despesas de capital	8 188 245,52	11 133 542,37	11 335 030,80	8 014 205,00	9 827 492,52	8 891 852,10	11 232 821,68
<b>Total das Despesas</b>	<b>16 512 609,40</b>	<b>21 219 584,12</b>	<b>21 768 024,33</b>	<b>19 038 460,30</b>	<b>20 807 732,92</b>	<b>21 216 537,12</b>	<b>23 051 942,53</b>





### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS



O índice de execução das despesas atingido é de 82,374%.

#### 1.2.3 – ANÁLISE GLOBAL

##### 1.2.3.1 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

As Receitas e as Despesas, Correntes e de Capital, apresentam a seguinte estrutura:

Considerando as Receitas Correntes Brutas:

Descrição	Valor executado	%
Receitas Correntes <b>Brutas</b>	19 127 741,62	77,64
Receitas de Capital	5 465 188,41	22,18
Receitas Outras	42 164,98	0,17
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>24 635 095,01</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	11 819 120,85	51,27
Despesas de Capital	11 232 821,68	48,73
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>23 051 942,53</b>	<b>100,00</b>





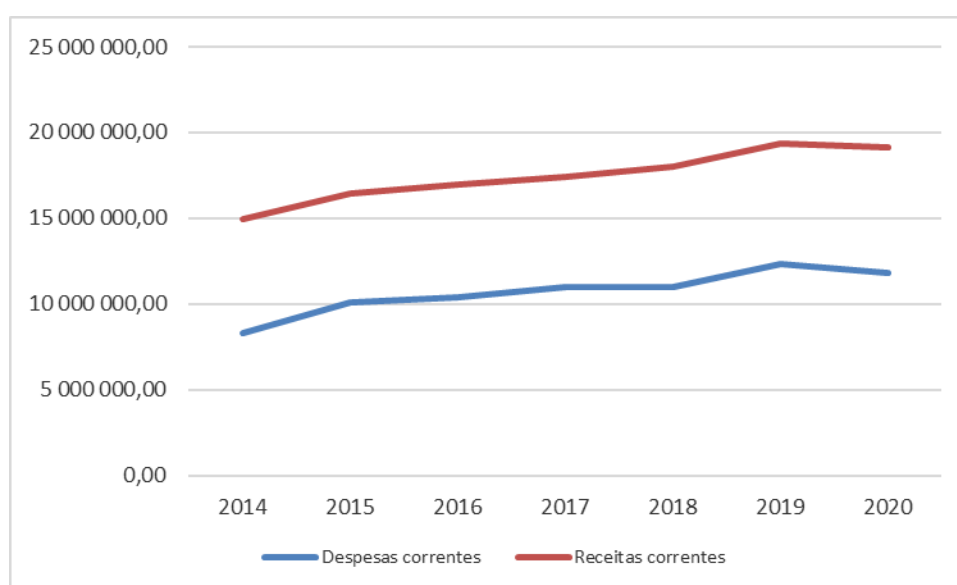
Considerando as Receitas Correntes Líquidas de Reembolsos:

Descrição	Valor	%
Receitas Correntes Líquidas de Reembolsos	19 048 280,02	77,57
Receitas de Capital	5 465 188,41	22,26
Receitas Outras	42 164,98	0,17
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>24 555 633,41</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	11 819 120,85	51,27
Despesas de Capital	11 232 821,68	48,73
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>23 051 942,53</b>	<b>100,00</b>

O aspeto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das **receitas correntes superarem as despesas correntes em 7.308.620,77 euros, suportando, desta forma, uma parcela significativa dos investimentos.**

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	8 324 363,88	10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30	10 980 240,40	12 324 685,02	11 819 120,85
Receitas correntes	14 919 602,79	16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73	17 985 041,01	19 330 540,89	19 127 741,62

#### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES





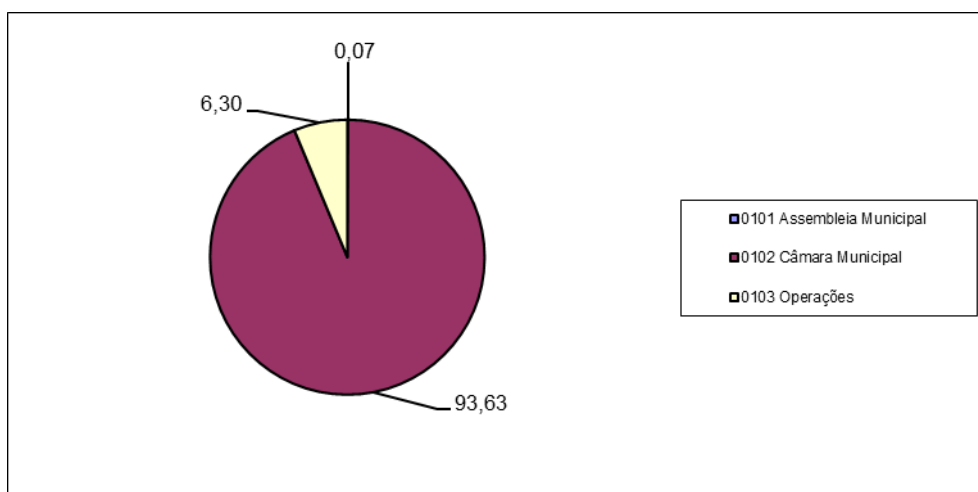


### 1.2.3.2 – REPARTIÇÃO POR ORGÃOS

Importa, ainda, referir que a utilização dos fundos da autarquia é efetuada pelos vários órgãos, as quais geram orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos.

Em 2020, a dimensão da intervenção de cada Órgão pode observar-se no seguinte diagrama:

Composição	Valor executado €	%
0101 Assembleia Municipal	16 223,23	0,07
0102 Câmara Municipal	21 582 842,35	93,63
0103 Operações	1 452 876,95	6,30
<b>Total</b>	<b>23 051 942,53</b>	<b>100,00</b>



### 1.2.3.3 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Tendo em atenção a natureza dos fluxos monetários registados ao longo de 2020, verificou-se um saldo para a gerência seguinte de 4.477.294,92 euros.

#### EVOLUÇÃO DO SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	€	€	€	€	€	€	€
Saldo para a gerência seguinte	2 584 143,89	1 785 067,58	80 728,55	1 367 943,81	2 181 723,53	2 973 604,04	4 477 294,92







## 2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base no acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

### 2.1 - BALANÇO

#### 2.1.1 – ATIVO

Em 2020 o ativo do Município de Ribeira Grande atingiu os 171,8 milhões de euros o que significa um aumento de 13,4 milhões de euros face ao ano anterior (8,46%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo:

Componentes do Ativo	2020	2019	Variação 2020/2019
Ativos fixos tangíveis	158 889 596,37	150 978 525,14	5,24%
Propriedades de investimento	1 221 029,46	0	100,00%
Ativos intangíveis	1 452 716,38	1 400 260,95	3,75%
Participações financeiras	1 027 685,88	598 162,50	71,81%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>162 591 028,09</b>	<b>152 976 948,59</b>	<b>6,28%</b>
Inventários	573 784,22	361 096,37	58,90%
Devedores p/transf. E subsídios não reembolsáveis recebidos	536 897,09	1 005 900,96	-46,63%
Clientes, contribuintes e utentes	511 812,92	489 868,04	4,48%
Estado e outros entes públicos	3 701,77	0	100,00%
Outras contas a receber	3 035 714,72	471 743,55	543,51%
Diferimentos	22 105,32	14 024,33	57,62%
Caixa e depósitos	4 555 412,12	3 105 691,86	46,68%
<b>Ativo corrente</b>	<b>9 239 428,16</b>	<b>5 448 325,11</b>	<b>69,58%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>171 830 456,25</b>	<b>158 425 273,70</b>	<b>8,46%</b>

Os ativos fixos tangíveis representam 92,47% do total do ativo e registaram uma subida de 7,9 milhões de euros. Este aumento deve-se sobretudo a obras efetuadas e à introdução dos 152 fogos da SDRG, S.A. no Ativo uma vez os 3 contratos de arrendamento com opção de compra foram considerados locações financeiras pela NCP 6 do novo normativo contabilístico SNC-AP.

Também foram aplicadas as novas vidas úteis aos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento de acordo com o Classificador complementar 2 (CC2), constante no novo normativo contabilístico SNC AP, o que originou um aumento das depreciações acumuladas em 7.570.309,64 euros.

As dívidas de terceiros representam 2,28% do ativo e tiveram uma ligeira variação positiva. As dívidas de terceiros, incluem os créditos sobre utentes de rendas de habitações sociais, de ocupação do mercado municipal e Parque Industrial, de entradas nos Museus, de utentes de águas, e de transferências do Governo Regional quanto aos contratos ARAAL que foram celebrados com a Direção Regional de Habitação, estando em dívida os valores do 2º semestre





de 2019, e do 1º e 2º semestre de 2020 do Contrato ARAAL do Serviço da Dívida e o valor do 2º semestre de 2020 do Contrato ARAAL do PROHABITA.

A rubrica do Ativo "Outras contas a receber" que totaliza 3.035.714,72 euros, inclui 2.486.469,87 euros dos devedores por acréscimos de IMI, 523.217,51 euros de outros acréscimos de rendimentos e 26.027,34 euros de devedores pela venda de património.

Os diferimentos ascendem a 22 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 3.105.691,86 euros em 2019 para 4.555.412,12 euros em 2020.

## 2.1.2 – PASSIVO

Em relação ao passivo, o Município de Ribeira Grande fechou o ano com um valor de 23,4 milhões de euros, sendo constituído em 94,31% por passivo não corrente e em 5,69% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Passivo	2020	2019	Variação 2020/2019
Provisões	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20 239 975,90	8 739 210,02	131,60%
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>20 239 975,90</b>	<b>8 739 210,02</b>	<b>131,60%</b>
Credores p/transf. E subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores	54 988,96	52 287,34	5,17%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	72 797,74	79 138,94	-8,01%
Financiamentos obtidos	1 876 111,03	0,00	0,00%
Fornecedores de investimento	21 635,62	113 170,69	-80,88%
Outras contas a pagar	1 185 239,32	1 084 066,80	9,33%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00%
<b>Passivo corrente</b>	<b>3 210 772,67</b>	<b>1 328 663,77</b>	<b>141,65%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>23 450 748,57</b>	<b>10 067 873,79</b>	<b>132,93%</b>

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 132,93% que resulta da subida significativa dos financiamentos obtidos (empréstimos bancários e locações financeiras).

A dívida a terceiros dos empréstimos bancários aumentou 1.752.770,41 euros (2019: 8.739.210,02 euros; 2020: 10.491.980,43 euros). A dívida das locações financeiras surge pela primeira vez no balanço com 11.624.106,50 euros devido à introdução dos 3 contratos de arrendamento com opção de compra por terem sido considerados locações financeiras pela NCP 6 do novo normativo contabilístico SNC-AP.

A dívida a terceiros de médio e longo prazo dos financiamentos obtidos inclui 9.468.049,60 euros de empréstimos bancários e 10.771.926,30 euros de locações financeiras.





A dívida a terceiros de curto prazo (dívida que se vence em 2021) dos financiamentos obtidos inclui 1.023.930,83 euros de empréstimos bancários e 852.180,20 euros de locações financeiras.

A rubrica de fornecedores de investimento teve um decréscimo de 8,01%, traduzindo numa diminuição da dívida a fornecedores de investimento na ordem dos 91,5 mil euros.

No final do ano 2020, a dívida ao FAM era de 0,00 euros.

A rubrica do Passivo "Outras contas a pagar" que totaliza 1.185.239,32 euros, inclui 1.012.172,15 euros de credores por acréscimos de gastos; 78.113,57 euros de cauções pelo fornecimento de imobilizado; 7,31 euros do SEF; 3,68 euros de combustíveis (devedor); 4.949,97 euros de sindicatos e outras retenções, e 90.000 euros da EIRSU por não ter ocorrido a partilha total em 2020.

### 2.1.3 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Os Fundos Próprios /Património Líquido passaram a totalizar 148,3 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 22 mil euros relativamente ao ano anterior.

De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

<b>Componentes do Património Líquido</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação 2020/2019</b>
Património/Capital	31 685 055,48	31 257 008,76	1,37%
Reservas	12 207 511,80	11 970 744,48	1,98%
Resultados transitados	42 136 603,87	43 193 188,57	-2,45%
Ajustamentos em ativos financeiros	-502,26		-100,00%
Outras variações no Património Líquido	57 582 457,86	57 201 111,68	0,67%
Resultado líquido do período	4 768 580,93	4 735 346,42	0,70%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>148 379 707,68</b>	<b>148 357 399,91</b>	<b>0,02%</b>

O crescimento ocorrido foi motivado por:

- Reforço do Património resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, no valor de 428.046,72 euros;
- Constituição de reservas legais resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, no valor de 236.767,32 euros;
- Resultados Transitados, que inclui a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, no valor de 4.070.532,38 euros, à correção do IMI cobrado em 2020 de 2.013.409,66 euros e os ajustamentos de transição para o SNC-AP de -7.140.526,74 euros;
- Ajustamentos em ativos financeiros de - 502,26 euros;
- Doações de parcelas de terreno para a via pública, no valor de 208 euros;
- Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables, no valor de 36.596.183,85 euros que pelo POCAL eram classificados como Proveitos Diferidos;
- Outras transferências e subsídios de capital, no valor de 1.586.350,56 euros. Não ocorreram afetações de verbas a ativos depreciables pelo fato do Município não conseguir fazer prova das afetações;
- Aumento do Resultado Líquido do exercício em 33.234,51 euros.





## 2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.2.1 - GASTOS

O resultado líquido ascende a cerca de 4,7 milhões de euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um aumento face ao ano anterior de 33.234,51 euros. Os rendimentos em 2020 foram de 21,5 milhões de euros para um nível de gastos de 16,7 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição de 3,50 % dos rendimentos e uma diminuição de 4,64 % dos gastos.

Efetuada uma análise aos gastos de 2020, podemos concluir que houve uma diminuição de 813.471.15 euros face a 2019.

Gastos	2020	2019	Varição 2020/2019
Transferências e subsídios concedidos	1 972 022,55	1 592 125,92	23,86%
CMVMC	415 771,96	404 289,76	2,84%
FSE	4 763 254,38	7 116 095,10	-33,06%
Gastos com o pessoal	5 915 172,97	5 002 699,18	18,24%
Gastos de depreciações e de amortização	2 958 100,34	2 735 497,06	8,14%
Perdas por imparidade	49 312,44	48 659,20	1,34%
Provisões do período	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	232 834,58	525 315,18	-55,68%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	424 104,64	119 363,39	255,31%
<b>Total dos Gastos</b>	<b>16 730 573,86</b>	<b>17 544 044,79</b>	<b>-4,64%</b>

As transferências e subsídios concedidos tiveram um aumento de 23,86% comparativamente com 2019, resultado da política social do executivo.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (28,47%) e os gastos com o pessoal (35,35%).

Comparativamente com o período de 2019, os fornecimentos e serviços externos tiveram uma diminuição de 33,06% devido essencialmente à alteração da contabilização dos 3 contratos da SDRG e à diminuição dos eventos culturais.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 18,24% devido à entrada de 64 colaboradores, 60 dos quais do Concurso dos Precários.

As amortizações do exercício tiveram um aumento de 8,14% em relação a 2019.

Os gastos e perdas por juros e outros encargos tiveram um aumento de 255,31% devido à alteração da contabilização dos 3 contratos da SDRG.

### 2.2.2 - RENDIMENTOS

De seguida passamos para a análise dos rendimentos de 2020 e a sua evolução face ao ano anterior.







<b>Rendimentos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação 2020/2019</b>
<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>4 677 194,12</b>	<b>4 222 352,49</b>	<b>10,77%</b>
<b>Impostos diretos</b>	<b>3 419 912,73</b>	<b>2 763 009,66</b>	<b>23,77%</b>
Derrama	422 701,52	357 529,48	18,23%
IMI	2 486 229,33	1 975 141,77	25,88%
IUC	510 981,88	430 338,41	18,74%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>1 242 813,73</b>	<b>1 443 080,05</b>	<b>-13,88%</b>
Loteamentos e obras	65 494,23	60 216,07	8,77%
Ocupação da via publica	20 524,85	22 469,90	-8,66%
Publicidade	9 643,80	34 627,60	-72,15%
TMDP	12 626,91	13 557,21	-6,86%
TDFTH	744,00	387,50	92,00%
IMT	1 125 469,54	1 308 048,43	-13,96%
Outros	8 310,40	3 773,34	120,24%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>14 467,66</b>	<b>16 262,78</b>	<b>-11,04%</b>
Multas e outras penalidades	14 467,66	16 262,78	-11,04%
<b>Vendas</b>	<b>2 293 651,50</b>	<b>2 502 522,59</b>	<b>-8,35%</b>
<b>Prestações de serviços e concessões</b>	<b>1 320 771,65</b>	<b>1 756 785,77</b>	<b>-24,82%</b>
<b>Transferências e Subsídios obtidos</b>	<b>10 367 170,66</b>	<b>11 224 906,61</b>	<b>-7,64%</b>
<b>Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>242,74</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>	<b>135 573,47</b>	<b>72 077,18</b>	<b>88,09%</b>
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>2 700 888,62</b>	<b>2 499 430,92</b>	<b>8,06%</b>
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>3 662,03</b>	<b>1 315,65</b>	<b>178,34%</b>
<b>Total dos Rendimentos</b>	<b>21 499 154,79</b>	<b>22 279 391,21</b>	<b>-3,50%</b>





Efetuada uma análise aos rendimentos de 2020, podemos concluir que houve uma diminuição de 780.236,42 euros face a 2019.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos (73,12%), impostos indiretos (26,57%) e taxas, multas e outras penalidades (0,31%).

O aumento dos impostos diretos em 2020 resultou do lançamento da estimativa de IMI no valor de 2.486.469,87 euros a ser cobrado em 2021, conforme o novo método contabilístico SNC-AP.

O aumento dos impostos diretos em 2020 foi de 23,77% e resulta do aumento das cobranças da derrama (+65 mil euros), do imposto sobre imóveis (+511 mil euros), e Imposto único de circulação (+80 mil euros).

Os impostos indiretos registaram uma diminuição de 13,88%, correspondente essencialmente à redução da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (-182 mil euros).

As rubricas de vendas e prestações de serviços tiveram uma diminuição de 8,35% e 24,82%, respetivamente, devidos às medidas tomadas pelo Município de Ribeira Grande de combate à pandemia da Covid 19.

As transferências e subsídios obtidos, totaliza 10,3 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 7,64%, que resulta da diminuição das transferências do PO Açores 2014-2020 e do IHRU uma vez que o valor do 4º Trimestre de 2020 do PROHABITA não foi recebido em 2020.

## 2.3 – INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2020	2019
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	86,35%	93,65%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	6,61	16,33
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	2,83	14,50
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	2,57	13,45
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	2,07	9,02
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	3,21%	3,19%





### 3 – CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando -se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular. O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Apesar da evolução verificada com a aplicação do SNC-AP, ainda há muitos passos a concretizar nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

Nos anexos constam os mapas da Contabilidade de custos: Balancete por bens, Balancete por serviços, Balancete por funções, Cálculo do custo/hora Mão de Obra, Cálculo do custo/Hora Máquina.





#### **4 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (ainda em vigor), quando houver saldo positivo na conta dos “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta «Património» corresponda a 20% do ativo líquido e deve constituir-se o reforço anual da conta «Reservas legais», no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 4.768.580,93 euros seja aplicado da seguinte forma:

Constituição de Reservas Legais: 238.429,05 euros;  
Reforço do Património: 335.054,18 euros;  
Resultados Transitados: 4.195.097,70 euros.

#### **5 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES**

Atendendo que a 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o Covid-19 é uma pandemia, o Município de Ribeira Grande não consegue estimar os impactos da pandemia e a atuação que terá de assumir para responder aos mesmos durante o exercício de 2021.

Ribeira Grande, 1 de abril de 2021

O Presidente da Câmara

Alexandre Branco Gaudêncio

